

AMAZONIA ENTRE A CRISE E A TEOLOGIA

Ângela Maringoli

ÍNDICE

PREFÁCIO

CAPÍTULO 1 – O QUE É *TEOAMBIENTOLOGIA*?

MAS O QUE É *TEOAMBIENTOLOGIA MESMO*?

CAPÍTULO 2 – EM DEFESA DA NATUREZA

CAPÍTULO 3 – BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA

CAPÍTULO 4 - A PROMOÇÃO DO DESMATAMENTO COMO
POLÍTICA DE GOVERNO

CAPÍTULO 5 – É NECESSÁRIO DESMATAR PARA O BRASIL
CRESCER?

CAPÍTULO 6 – O DESMATAMENTO DAS FLORESTAS E O FENOMENO DA
FOME

CAPÍTULO 7 – ONDE FALHAMOS?

CAPÍTULO 8 - QUAL O PAPEL DA FÉ NA IMPLANTAÇÃO DAS DISCUSSÕES
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE

CONSIDERAÇÕES GERAIS

REFERÊNCIAS

PALAVRAS CHAVES – TEOAMBIENTOLOGIA - MEIO AMBIENTE – FOME -
DESMATAMENTO - AMAZONIA

PREFÁCIO

Em outubro de 2018, Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil, quebrando uma hegemonia da esquerda no comando do país, que já durava quase uma década e meia. Sua eleição representou uma grande ruptura política, embora o governo de Michel Temer (que substituiu Dilma Rousseff) já tivesse sido uma importante reversão de rumos, principalmente no plano econômico. Assim, Bolsonaro subiu ao poder cercado por grandes expectativas quanto a uma nova etapa para o Brasil.

Decorrido um ano e meio de um governo que pregava o “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, os frutos são mirrados, cheios de controvérsias e negacionismos e, no que importa para este livro, destaca-se a ojeriza à defesa do meio ambiente.

Se os presidentes anteriores foram, na melhor das hipóteses, lenientes com a preservação dos nossos biomas, o governo atual assumiu o papel de ativo exterminador da floresta amazônica, que ele vê como um obstáculo ao desenvolvimento econômico do Brasil e mero *habitat* de primitivas tribos indígenas.

O livro convida o leitor a empreender uma caminhada para entender a responsabilidade que cabe a cada um de nós, como mordomos da Criação, seguindo o facho de luz que a *Teoambientologia* lança sobre o campo da teologia prática, longe do jargão dos especialistas e mais próximo dos leigos.

Tenha uma boa leitura!

CAPÍTULO 1 – O QUE É *TEOAMBIENTOLOGIA*? COMO NASCEU ESSE NOME?

O nome *Teoambientologia* vem da junção de duas palavras: teologia e ambiente, lugar em que habitamos. Na língua portuguesa chamamos essa junção de aglutinação¹. O nome surgiu quando estávamos em Coimbra, em Portugal. Na época, concluindo minha investigação para construção da tese de doutorado sobre meio ambiente, uma experiência fez alvorecer o conceito. E, agora vou definir qual o significado da palavra Teologia para nós da Teoambientologia: Teologia é o esforço do ser humano em compreender o momento em que ele vive.

Tudo começou com uma viagem que fiz com um grupo de amigos em 2014 à África Ocidental em Guiné-Bissau. Nossa ideia era desenvolver um projeto comunitário na área da saúde, que ajudasse a população local onde há muitos problemas, principalmente pela falta de um sistema de saneamento básico.

Para nós, Guiné-Bissau parecia ter sido um daqueles modelos de paraíso na Terra descrito no livro de Genesis. Ao ver aquele imenso verde e a diversidade de espécies nativas existentes, fiquei encantada com a riqueza e o potencial de princípios ativos naquele lugar. Sou química de formação e sempre que me deparo com a natureza observo as possibilidades de se

¹Aglutinação consiste na junção de duas ou mais palavras, também com o objetivo de formar uma terceira palavra, porém uma delas ou as duas sofrerão alguma mudança na sua forma, ganhando ou perdendo letras, fonemas ou morfemas.

aproveitar de forma consciente os princípios ativos decorrentes da natureza em prol da qualidade de vida.

A natureza é linda, enche os olhos. O país tem uma vegetação de savana, muitos rios e riquezas em seu subsolo como petróleo, minérios e metais nobre. A terra é boa para a prática da agricultura, com grande capacidade de tornar-se um país economicamente rico. Sua similaridade geográfica com o território brasileiro é grande no que diz respeito a diversidade de recursos naturais, guardadas as diferenças a respeito do tipo de vegetação e intensidade de chuvas.

Aliás, Guiné-Bissau lembra muito a costa litorânea da Bahia com suas ilhas e arquipélagos. Caju e manga são frutas nativas. No passado, quando colônia de Portugal (1446 chegada da civilização europeia com navegador português Nuno Tristão; 1558 colônia de Portugal até sua independência em 1973 por Amílcar Cabral), foi um grande produtor de arroz.

Nesta comparação surgem as contradições comuns em países pobres. Enquanto o arroz ocupa atualmente a quarta posição no *ranking* de produção de grãos no Brasil, em Guiné-Bissau, aquele que já foi um dia um grande produtor e exportador de arroz para a Europa, hoje amarga o 5º lugar entre os países mais pobres do mundo. As semelhanças avançam, o povo é pacífico e resistência do povo ao sofrimento causado pela pobreza.

Assim, como no Brasil, o povo guineense é pacífico e resiliente. A vida no país acontece debaixo de relevante sinal de corrupção política, responsável pela permissividade de ações como o extrativismo e as queimadas sem um controle institucional ou contrapartida social. Além de sofrer com a exploração econômica pontuada pelo extrativismo dos recursos minerais e orgânicos da sua flora e fauna, são assolados constantemente por doenças epidêmicas como o tifo, a malária, a febre

amarela, ebola, HIV/AIDS e outras infecções que tem origem na falta de uma administração pública interessada em sanar os problemas de saúde através da promoção de políticas que educação, saúde e de infraestrutura que irão promover a conscientização, cultura e meios para a adequada higiene pessoal de seus habitantes, principal causa da existência e não erradicação do problema. As políticas públicas e recursos aportados para este fim são escassos, muito aquém do necessário para seu enfrentamento.

Esta experiência de Guiné-Bissau nos fez refletir como interagimos com o meio ambiente e como nossa formação cultural precisa ser reformada para que possamos ter uma consciência mais voltada a sua preservação quer do ponto de vista racional como espiritual.

A destruição do meio ambiente dentro da lógica econômica do desenvolvimentismo ultrapassa o consumo da sobrevivência e do bem estar. Isto porque a cultura ocidental, do ponto de vista racional impera o consumismo irracional e a acumulação sem limites como medida de *status quo*, promovendo uma competição insana entre os indivíduos e corporações a fim de obter mais riqueza e poder. No lado espiritual, a cultura ocidental difunde um raciocínio que separa o corpóreo do espiritual. Assim não há nada a se ocupar aqui pois é na imortalidade do homem, na sua transcendência pós morte que está sua plenitude, sua recompensa. Deste mundo não se leva nada é o que diz o ditado. Este pensamento que tem por premissa trazer a reflexão a irracionalidade da ganância humana, além de não obter resultados a que se propõe, ainda faz com que o homem ignore a importância de se preservar o meio ambiente, afinal não se vive neste mundo eternamente. A lógica então opera contra, já que não ficarei para sempre então não tenho que me preocupar com esta “casa” e sua manutenção.

Esta ideia de separação corpo e alma da cultura judaico cristã ocidental onde é ensinado que nossa *morada espiritual eterna* é o céu, pelos acaba por refletir na relação do homem com a natureza, prejudicando e tendo como efeito colateral uma relação desprovida de responsabilidade ao cuidado e manutenção pela continuidade e perenidade deste mundo do qual somos apenas moradores temporários.

Nesta experiência na África pude observar as precárias condições de vida em termos de educação, saúde e saneamento básico a que estão sujeitas suas regiões, comunidades, o povo da terra. Esta inquietação levou-me a questionar a relação homem, sociedade, meio ambiente e espiritualidade.

Desde que deixou de ser colônia de Portugal, Guiné-Bissau não possui uma estrutura de saneamento básico. A água é fornecida a população por caminhões pipas uma vez por semana e armazenada pela comunidade em tambores plásticos de 250 litros (cada família possui em média de 2 a 3 recipientes). O consumo era controlado e a prática de reuso na lavagem de quintais e descargas em casas onde havia banheiro era comum. Durante nossa estada, para o consumo, fervíamos a água e adicionávamos cloro ou comprávamos água mineral importada da Europa. Marcas francesas eram as melhores. A energia elétrica também é um serviço racionado e tinha seu fornecimento diário até as 22 horas. Após este horário desligavam-se os geradores e não há mais iluminação.

Guiné-Bissau possui classes sociais e tratamento diferenciado aos estrangeiros residentes que estão em missão diplomática ou a trabalho.

Um dos fenômenos que mais chamou-nos a atenção foi a religião. Embora existam muitos católicos, evangélicos e islâmicos é o animismo a religião predominante e tradicional da cultura africana. Há liberdade de culto as essas religiões em Guiné Bissau, contrário do que acontece em

alguns países africanos onde predominam grupos islâmicos radicais como Nigéria e Senegal.

O animismo tem no Xamã a sua maior autoridade religiosa e espiritual. Para a fé da religião animista as doenças contagiosas como aquelas decorrentes da falta de saneamento básico e desflorestamento são vistas como consequência do pecado do indivíduo enfermo, como um castigo. Nesta condição, a cura do doente é resultado do perdão dos deuses. Ocorrendo a morte é porque os deuses não perdoaram o doente.

Orações, rezas de cura e ministração de chás de ervas medicinais são de competência do Xamã. A medicina ocidental e os conhecimentos dos missionários cristãos ocidentais não têm eficácia para este tipo de fé. Uma experiência marcante foi ver crianças recém-nascidas abandonadas à morte em formigueiros, pelos pais, por haverem nascido com alguma anomalia, como manda a tradição da fé animista. Para os animistas este era um sinal de maldição dos deuses sobre aquela criança. Esta prática para nós inconcebível e tipificada como crime de abandono e tortura de incapaz, para os animistas era o respeito aos deuses, não havendo qualquer penalidade. Entende-se por anomalia os nascimentos de gêmeos, crianças com algum defeito físico, deficiência ou doença congênita (albino por exemplo) e até aquelas contaminadas por HIV.

Atualmente essas crianças são acolhidas e cuidadas por instituições em abrigos cristãos.

Ainda dentro das práticas religiosas, faz parte do animismo, o culto aos mortos e antepassados, sendo ofensivo enterrá-los em cemitérios públicos ou longe de suas casas/tabancas ou de seus familiares. Assim acabam fazendo em covas abertas em redor das casas. Da para imaginar a contaminação do solo ao redor das casas e o nível de contaminação do solo, inviabilizando abertura de poços com água potável.

Da para dizer que a religião de forma não intencional, acaba por favorecer a disseminação de doenças contagiosas com seus rituais sagrados.

No anseio de reconstruir um mundo mais equilibrado e justo, a *Teoambientologia* conversa com diversas fontes e correntes teológicas, sobre o debate das questões ecológicas tais como o cuidado com a terra, o clima e os desafios sociais Tudo no intuito de mostrar a importância de uma revisão das práticas cristãs para os desafios atuais respeitando a ortodoxia da fé sem perder de vista o bem maior, a vida.

É lógico supor que o problema se agrava a cada geração pois a medida que vão se acumulando os mortos enterrados em redor das casas ou tabancas como são comuns na comunidade.

As casas/tabancas são cercadas por quintal de terra, as ruas não têm asfalto, não há tratamento de água, banheiros/casinhas como são chamados são buracos no chão, usados como latrina, o banho corporal feito em bacias com canecas. O Xamã é o grande líder e detém que detém o conhecimento. Ele é a ciência. O povo depende dele e o reverencia.

1.2- MAS O QUE É *TEOAMBIENTOLOGIA* MESMO?

A *Teoambientologia* designação que criamos para conceituar a junção dos saberes das ciências da Educação Ambiental² e os conhecimentos teológicos da Educação Teológica dialogando com o dia a dia do ser humano. Na *Teoambientologia*, buscamos criar a prática do cotidiano espiritualizada pelas emoções do ser nos assuntos relacionados ao cuidado com terra, com clima, e na relação com o ser humano e o meio

² Biologia, ecologia, zoonoses, gestão ambiental e outros.

ambiente que denominamos de mordomia cristã. Por definição e pela nossa experiência com o meio ambiente em espaços como os que citamos na África, entendemos que a junção desses conhecimentos deva ser aplicada à prática integral na vida do ser humano como um todo: corpo, alma e espírito, isto é, a missão de cada ser humano de transformar integralmente o local de vivência. *Teoambientologia* é a ciência da *Teologia Ambiental*.

No meio dessa vivência ambiental confusa com costumes que nada contribuem para a higiene e saúde, onde casas/tabancas compartilham o mesmo espaço com banheiros/casinhas, poços/cisternas e cemitérios em volta contaminando a terra e os lençóis freáticos pensei: Eterno, não estamos longe ou diferentes disso. No Norte e Nordeste do Brasil (polígono da seca), no Norte de Minas Gerais no Vale de Jequitinhonha onde temos a maior monocultura mundial de eucalipto e em muitas cidades adjacentes as Capitais não é muito diferente disso que estou vendo em Guiné-Bissau. Nossos esgotos estão a céu aberto.

Desta experiência surgiu uma inquietação, porquê o Brasil sendo predominantemente cristão tem condições sanitárias similares as de Guiné Bissau nas regiões citada? Se lá temos forte influência da religião, qual o papel da nossa religião e espiritualidade no cuidado com o meio ambiente aqui? Percebi então que nosso problema é que a educação religiosa precisa conversar com a educação ambiental nas escolas e igrejas a fim de que o ensinamento religioso construa uma teologia voltada a interpretação bíblica que trate o meio ambiente como uma tarefa de fé e a educação ambiental instrumentalize a teologia para que possa formar religiosos ocupados e preparados a lidar com o meio ambiente.

Esse artigo é uma excelente oportunidade para a Teoambientologia divulgar ao público em geral sua interpretação de sociedade, cidadania e

responsabilidade social em questões ambientais. Também é uma oportunidade de apresentá-la como ferramenta de conhecimento para os que vão a campo em missão, a fim de saber transformar o lugar de forma consciente e responsável otimizando recursos naturais da região e disseminando técnicas para um desenvolvimento econômico condizente.

Sua epistemologia está em construção e sua área de conhecimento transita entre as ciências humanas e sociais. É uma ciência holística que nos ajuda a compreender a criação como um todo e o meio ambiente. A temática é relevante e traz reflexões teológicas-prático-pastorais (ortopraxia)³, que discutem o cuidado com o meio ambiente em sua profundidade necessária

Para um bom entendimento do conceito da Teoambientologia é importante que as pessoas compreendam a relevância da educação ambiental aplicada em suas vidas, seu efeito transformador e sua influencia em mudanças comportamentais individuais e coletivas incentivando um estilo de vida mais consciente em relação a complexidade dos recursos naturais que passa por uma reavaliação ética da nossa responsabilidade com os meios de produção e o consumo de bens duráveis e não duráveis dentro desse mercado de forma a conciliar consumo com preservação, desenvolvimento sem destruição, transformação com estética, trabalho com e qualidade de vida.

O crescimento da população tem gerado uma degradação da qualidade de vida do ser humano e de sua capacidade de auto sustentar-se.

O meio ambiente vem sendo atacado, agredido, violentado em velocidade crescente. Não basta apenas denunciar os estragos feitos pelo homem na natureza, é necessário um processo educativo, com atitudes

³ Ortopraxia significa fazer a prática do que se julga reto, do grego othos é reto e praxes é prática.

pró-ambiental, social e porque não espiritual. Se nossas crenças espirituais tende a nos influenciar em nossas ações é de se esperar que os ensinamentos religiosos deem a devida importância à forma como nos relacionamos com este planeta. Aos poucos fomos perdendo a visão espiritual a respeito do que Deus deseja de nós em relação ao cuidado com a Terra. Na verdade, nos dias atuais, é comum a indiferença humana perante as injustiças. Parece que não nos importamos com a forma irracional com qual lidamos com a vida. Nosso comportamento denota um sentimento de negação de Deus.

Essas atitudes na verdade são oriundas de um racionalismo moderno exacerbado firmado na lógica do individualismo e da relativização da verdade e dos fatos, o que tem influenciado até o fenômeno religioso onde fé, amor e esperança acabam perdendo seu valor para as diversas formas de riquezas materiais normalmente expressas através do dinheiro. Assim a predileção de valores mais nobres relacionados a ortodoxia da fé e sua práxis – a ortopraxia – precisam se reforçados como pilares de uma construção para suportar os contextos plurais da contemporaneidade do século XXI, buscando o bem estar da humanidade sem transigir princípios e resgatando-os. Nada contra a riqueza desde que ela não seja construída de forma desonesta através da destruição do meio ambiente e da exploração desenfreada das desigualdades sociais.

Esse é um momento de muita interdisciplinaridade de um modo geral e que também permeia a educação demanda urgente mudança na educação e método de ensino dos seminários teológicos. Essa é a proposta do núcleo temático da *Teoambientologia*, uma ciência que pensa o mundo com a lógica do seu tempo. Tal ciência como foi citado, envolve o trabalho corporativo de muitas outras ciências. Suas bases teóricas interdisciplinares confrontam a educação formal da educação teológica.

Esta área de conhecimento está sujeita às leis que protegem o meio ambiente, todavia, essa disciplina se estrutura numa perspectiva interdisciplinar com ação na esfera política, o que entendemos como sua missão, além de atuar criticamente em relação aos assuntos que dizem respeito às ações políticas do governo, aos espaços públicos e aos problemas sociais do meio ambiente.

Para a *Teoambientologia* os saberes e a interdisciplinaridade da educação ambiental têm como propósito compreender as diferentes concepções dessa ciência benefícios quando usados na práxis a favor da comunidade.

Um exemplo disso são os estudos das plantas nativas na Amazônia em toda a sua biodiversidade como fonte para medicamentos a partir de seus princípios ativos. Esse é um novo momento para as espécies de plantas nativas da Amazônia e o grande desafio que se coloca hoje é como consumir essas espécies preservando o ambiente. A *Teoambientologia* propõe que o desenvolvimento de pesquisas dessas plantas se adeque as necessidades de preservações locais que incluam as pesquisas científicas, políticas públicas e a efetivação e cumprimento da lei que protegem o meio ambiente o que inclui o respeito do direito do meio ambiente e a espiritualidade da mordomia.

Um desses exemplos é o óleo de palma, cuja extração do insumo para indústria de cosméticos elevou os índices de desmatamento no sudeste Asiático, na África e no Brasil, mas que nos dias atuais na Amazônia, áreas controladas por pequenas comunidades contratadas por indústrias brasileiras de cosméticos, trabalham para a preservação do óleo de palma através do reflorestamento das áreas onde são extraídos. Nessa região estão 22 mil pessoas em 33 comunidades que trabalham no extrativismo de 38 espécies de princípios ativos – ingredientes. Trata-se

de uma reflexão com o intuito de compreender a relação entre as diferentes concepções de Educação Ambiental construída historicamente.

Potenciais do cultivo do dendê gozam de políticas públicas em seu favor. O país inclui a cultura como prioridade nas suas políticas públicas para o setor de agroenergia. Em 2004 foi lançado o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), e com ele criado o Selo Combustível Social (SCS), instrumento que, através de incentivos fiscais procurou alavancar o cultivo da palma na Amazônia e da mamona no Nordeste tendo em vista principalmente a inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva. O SCS oferece mais vantagens às empresas credenciadas, inclusive melhores condições de financiamento e autorização para participar dos leilões de biodiesel promovidos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). Mas para obter o SCS, a indústria tem de adquirir pelo menos 50% das matérias-primas da agricultura familiar no Nordeste e, no Norte, no mínimo 10%. Também deve celebrar contratos com os agricultores familiares (negociados com a participação de uma entidade sindical ou social representante) especificando as condições comerciais que garantam renda e prazos compatíveis com a atividade, além de assegurar assistência e capacitação técnica aos parceiros da agricultura familiar.

<https://journals.openedition.org/confins/6609?lang=ptaccess>
o 19/07/2020.

A lavoura da palma ou do dendê é uma das que mais crescem no mundo. De 1998 a 2009 o consumo mundial saltou de 17 para 45 milhões de toneladas, representando hoje pouco mais de 1/3 do total de óleos consumidos no mundo⁴. Nesse sentido, o desmatamento quando não controlado pode afetar esse desenvolvimento científico. A grande meta do governo é inserir os agricultores familiares nas várias cadeias de produção.

“O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o principal assegurador dos benefícios para os agricultores familiares. O mesmo tem como diretriz promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e, por meio dele, agricultores familiares podem acessar as várias linhas de crédito existentes. É nesse âmbito, de desenvolver a agricultura familiar, que o PNPB se enquadra como, forte aliado ao desenvolvimento econômico e social dos agricultores, participando para a geração de emprego e renda a partir da produção de commodities para o biodiesel. Essas famílias, ao participarem dessa política, adquirem o Selo Combustível Social, que em troca, lhe permitem ter acesso às alíquotas reduzidas de impostos sobre o Biodiesel. https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/6890/1/Biodiesel_Monografia.pdf acesso em 19/07/2020”

Concluindo, a *Teoambientologia* em sua cosmovisão é um conjunto de pressuposições referentes a estruturas básicas do universo alicerçadas em perguntas a todo ser humano em toda a sua forma de ser: corporal, emocional e espiritual; não importando a etnia, gênero ou religiosidade.

⁴ <https://journals.openedition.org/confins/6609?lang=pt> acesso 2m 19/07/2020.

Evangelho é para todos os humanos. Teologicamente, esta é a preocupação do Criador de todas as “coisas”. *Teoambientologia* é a junção dos conhecimentos científicos e teológicos das ciências da Educação Ambiental e da Missão Transformadora e, portanto, trabalha com as especificidades que permeiam essas ciências.

2- EM DEFESA DA NATUREZA

O direito à vida é humano. A vida que cria e flui em sua normalidade delega ao ser humano o cuidado com a terra e oferece a esse, a oportunidade para que se desenvolva intelectual, moral, social e espiritualmente, porém, essa espécie de ser ao mesmo tempo em que constrói também destrói.

Então, a vida foi percebendo que essa era uma espécie diferente das demais e que viviam em sociedades onde tinham uma organização que os regulava, eram nômades ou seminômades, que em pequenos grupos no início habitavam as terras mesopotâmicas entre os rios Eufrates e o Tigre.

Aos poucos, cansados de andar a explorar terras longínquas e foram se sedimentando tornando-se criadores de ovelhas, cabras e alguns poucos agricultores. Surge o advento da *polis*. A tribo, virou comunidade que com os seus cidadãos as classes sociais foram surgindo: o político, o comerciante, o povo e os escravos.

Eram seres religiosos, havia um temor quanto à natureza ou de como essa expressava em relâmpagos, trovões, chuva, sol e outros fenômenos naturais, esses eram deuses. Nesse processo evolutivo, os grupos sedentários se fortaleceram criando cercas, divisões, resistência e violência entre si e todos eram os seus opositores. As civilizações foram avançando em crescimento e destruição. Nasceu a Geopolítica, a economia de mercado, a globalização e o Covid19.

Neste mundo tecnológico, a fé e o ceticismo convivem e coexistem. Os seres humanos passaram a ter fé em si e no seu intelecto e, conseqüentemente, o interesse e a procura da espiritualidade tem diminuído. Como falar de espiritualidade em mundo permeado de tecnologia e ciências? Money.Money. Money.

Como os ideais do Cristo ressurreto podem penetrar nos lares e corações humanos já que as pessoas se sentem autossuficiente e entendem a si mesma como livres para escolher, decidir executar, aderir, conquistar, parcelar, financiar, comprar qualquer coisa que necessitem? Money. Money. Money. Nos dias atuais, onde o meio ambiente e os recursos planetários se encontram comprometidos, em defesa da natureza poderíamos sugerir inicialmente para alguns sítios e localidades uma readequação no cultivo da agricultura familiar, que se iniciasse na de produção agrícola biológica e sucessivamente com os outros cultivos da cadeia alimentar⁵. Tal readequação ajudaria a diminuir os problemas causados pelos pesticidas

Esse modelo, prioriza o tratamento e regeneração do solo, o descanso da terra, (o descanso sabático do solo) e o não uso dos agrotóxicos como o glifosato, potencialmente carcinogênico e proibido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2015, mas que ainda pode ser encontrado a venda. Usado inclusive, por pequenos agricultores ou trabalhadores de jardinagem. Como todo modelo esse sugerido, a produção biológica, necessita também de supervisão por parte das autoridades governamentais, assim como uma maior responsabilidade para a educação sobre produtos orgânicos e agricultura familiar.

Com o alto índice das ocorrências de doenças degenerativas, o câncer e até a depressão como consequência por exposição além de muitas

⁵http://www.ij.fd.uc.pt/apresentacoes/20151009/20151009_jaime-ferreira.pdf

pessoas sofrendo de distúrbios e mortes por intoxicações agudas, foram criadas iniciativas regulamentares a similares e a partir da Carta de Ottawa (Ministério da Saúde, 1996), resultante da I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada no Canadá, que aprova o sistema de criação e fiscalização para tratamentos de esgotos e resíduos poluidores gerados por indústrias, residências e afins (Philipp, 2014, p 929).

No Brasil, as estatísticas mostram que as intoxicações contabilizadas por agrotóxicos entre 2007 a 2014 notificado para o Ministério da Saúde chegou à casa de 25 mil de pessoas, (deve-se considerar que esse número representa menos que 20% notificados). Um destes agrotóxicos é o Glifosato, é um organofosforado, um herbicida sistêmico com amplo espectro dessecante de culturas, conhecido popularmente por mata- mata usado para matar ervas daninhas, gramíneas e outras plantas que competem com a cultura. O herbicida responde por 34% do consumo de agrotóxico vendido no Brasil. É o herbicida usado na plantação de grãos transgênicos como o milho, soja. Existe no Brasil, uma área comparada ao tamanho da Alemanha para o cultivo de soja. As sementes dos grãos transgênicos são sementes modificadas geneticamente, pois recebem um gene adicionado a espécie e então, uma bactéria específica é adicionada ao gene para que essa modificação ocorra. O que acontece é que as sementes dos grãos transgênicos se tornam resistentes ao herbicida glifosato, já que o próprio gene ao ser modificado recebe em suas características o ativo do glifosato e, por causa disso, o herbicida atua e extermina as ervas daninha que nascem ao redor da monocultura dos grãos cultivados, mas não “afeta” o grão. Esse processo químico pula etapas da lavoura tradicional, onde manejo do cultivo e extração das ervas daninhas é feito de forma manual e por seres humanos.

Segundo Romano, o glifosato tem sua toxicidade relacionada a inibição da proteína STAR e da enzima aromatase, e, que essa inibição acaba por provocar uma disfunção endócrina. Experiência in vitro comprovam que essa enzima é responsável pela produção dos hormônios testosterona e estradiol. Concluem que o uso excessivo do glifosato é um disruptor endócrino e que causa alterações no sistema endócrino causando distúrbios no sistema reprodutivo. (*Romano, 2007*).

É necessário por parte do Governo o cumprimento da fiscalização e o exercício da lei punitiva para o uso indevido dos agrotóxicos. A população deve cobrar das autoridades esse cumprimento. Nesse sentido, precisa-se de uma intensa cooperação entre os setores públicos juntamente com as sociedades civis e do setor privado.

Nesse processo civilizatório do consumo de bens de mercado desenfreado e dos recursos naturais do meio ambiente, o Brasil acabou sendo destaque mundial. Por causa de sua exuberante biodiversidade e variação de zonas climáticas, mas também pelos desastres ambientais provocados pelo rompimentos várias barragens de minerais pesados como o ferro e pela não punição das Companhias Siderúrgica, defratores ambientais como a Minerado Vale do Rio Doce ou a Samarco que ainda não foram devidamente punidos pelo desastre causado ao meio ambiente e as vidas ceifadas.

O país também que um dia foi tido como a esperança pulmonar ‘desintoxicante’ do planeta, prontamente, passa a ter responsabilidade maior que os demais, no quesito preservação ambiental. A Floresta Amazônica, salvo controvérsias,⁶ é considerada por muitos como o pulmão do planeta, pois além de suas imensas matas, o país possui

⁶ <http://mundoestranho.abril.com.br/materia/de-onde-vem-o-oxigenio-que-respiramos> acesso em 01/07/2016.

temperaturas estáveis e climas que variam entre o úmido e semiárido, sendo que as zonas temperadas são uma das maiores detentoras das muitas espécies vivas que se encontram confortavelmente ambientadas a esse ecossistema. Além de territorialmente ser o maior país da América Latina com uma área em torno de 8.511.996 km quadrados, o que o qualifica como o quinto país no mundo em extensão.

Para proteger esse imenso território geográfico, com sua enorme fauna e flora, foi constituída a Política Nacional de Meio Ambiente adequada com seus fins e mecanismos à proteção e aplicação das sanções punitivas dispostas na lei específica dos 16% do território brasileiro que correspondem a áreas ambientais protegidas pela Lei n. 6.938 de agosto de 1981. Segundo estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2010), 5,22% dessas áreas conservadas são federais, como parques, reservas ecológicas e áreas extrativistas e 11,12% são reservas indígenas.

O Direito Ambiental é responsável por penalizar, autuar os infratores por danos ao meio ambiente e, para isso, atribuiu-se várias responsabilidades, segundo o parecer jurídico como: Responsabilidade mediata, Responsabilidade Transformadora, Responsabilidade não linear restauradora, Responsabilidade Precaucional, Responsabilidade Preventiva, Responsabilidade Qualitativa, Responsabilidade Solidária, entre outras.

Nesse sentido, a Responsabilidade Ambiental é a força transformadora para salvar a terra. O Direito Ambiental brasileiro em suas leis e sanções se atualizou nas últimas décadas no que diz respeito ao meio ambiente. Foram atualizadas e se encontram aptas para promulgarem ações judiciais punitivas com penas rígidas para os danos ao meio ambiente, defendendo através do exercício do direito o reparo do

dano moral e ambiental, danos ecológicos coletivos ao meio ambiente. Essas ações são sancionadas pelo Superior Tribunal de Justiça.

De acordo com a Lei 9.795/99, em seu artigo primeiro: Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Em defesa da natureza, a *Teoambientologia* ciência holística entende que o cuidado com a terra e o meio ambiente, é uma tarefa humana a se manifestar no exercício de um bom governo, afinal, o ser humano é uma espécie que se iguala às demais espécies de seres vivos e à criação.

3- BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA

De uma forma bem sucinta vamos tentar resumir os acontecimentos mais importantes que influenciaram o movimento ambientalista que tiveram seu início durante as décadas de 1960 e 1970 época em que surgiram as primeiras notícias e denúncias contra a degradação terra. Falava-se dos primeiros acidentes e desastres ambientais provocados pelo mau uso dos recursos da natureza. Na época Rachel Carson, a ativista ambiental, em livro “Silent Spring” (1962) alertou sobre os malefícios que o uso excessivo dos pesticidas e dos agrotóxicos sintéticos causa no ambiente, ou seja, o tema central é a contaminação e a poluição nas águas, os danos aos peixes, animais marinhos e ao meio ambiente. (MARINGOLI, 2019 p.76)

O que temos é que com a preocupação com a degradação ambiental reuniram-se em uma ação mundial trinta especialistas em assuntos ambientais mais pesquisadores de vários países que analisavam a situação

dos recursos do planeta e construíram propostas para estudos e análises da situação dos recursos naturais do planeta. Essa ação ficou conhecida como o Clube de Roma.

O bem da verdade, temos que o crescimento econômico, tema na conferência de Estocolmo (1968) e a poluição industrial como reflexo do crescimento econômico foi a determinante da busca por novas soluções. Havia também o conflito das discussões emergente entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos. Os países desenvolvidos poluíam bem mais que os não desenvolvidos e esse impasse deu início à busca por consideráveis mudanças no mundo economicamente capitalista.

Em 1987, foi publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), sob a coordenação da Primeira-Ministra da Noruega, a Sr.^a Gro Harlem Brundtland. O “Relatório de Brundtland”, mais tarde teve o nome modificado para “desenvolvimento sustentável” comenta Maringoli (2019).

World Commission on Environment and Development, instituição que fazia parte das Nações Unidas na elaboração do relatório, propõe que o desenvolvimento sustentável é necessário para o crescimento econômico e para a igualdade social e para o equilíbrio ecológico e discorre sobre a inviabilidade entre desenvolvimento sustentável e os meios agressivos de produção e consumo, sinalizando o quanto as situações eram antagônicas e só aumentavam a distância entre o ser humano-meio e o ambiente por ser fruto de uma civilização ocidental e da disputa pelo poder.

Outro marco histórico para o movimento ambientalista foi à elaboração da Agenda 21 um documento criado após investigações científicas e relatórios de pesquisas apresentados às devidas comissões. Essas tomaram as devidas providências emergenciais cabíveis e corretivas para que, em médio prazo, os países envolvidos tomassem as providências cabíveis. O propósito definido era que cada país envolvido promulgasse em médio prazo, leis nacionais que favorecessem a preservação do meio

ambiente, com o uso de ferramentas próprias para gerenciar e concretizar os conceitos de um desenvolvimento sustentável que, por sua vez, fora gerado e elaborado durante décadas. O objetivo era trazer novas políticas atuantes no equilíbrio do consumo da sociedade e das reservas do planeta. A discussão girava em torno da ação do homem sobre o meio ambiente.

O pesquisador Philippi cita que a Agenda é composta com as quatro seções com seus quarenta capítulos onde estão definidas 115 áreas prioritárias de ação ambiental. Entre os documentos produzidos nessas quatro sessões, destacamos os de maior importância: Declaração sobre o Ambiente Humano ou Histórico da Agenda 21⁷ subdividia em:

- 1- Declaração de Estocolmo;
- 2- Plano de Ações para o Meio Ambiente.

O primeiro documento mostra a preocupação dos ambientalistas em educar a sociedade para que mudanças comportamentais do ser humano em relação ao meio ambiente ocorressem. O objetivo desse documento era promover trabalhos educativos que envolvessem as questões ambientais que segundo documento tinha a finalidade de definir bases políticas econômicas onde existisse uma parceria e um bom relacionamento entre o desenvolvimento econômico do setor produtivo e do meio ambiente.

Estocolmo trouxe um estímulo na busca de soluções além de estimular que pesquisas científicas surgissem em todas as áreas relacionadas ao meio ambiente. A partir de Estocolmo novas legislações foram criadas para proteção do meio ambiente e para os desequilíbrios ambientais e preservação dos recursos planetários (PHILIPPI, 2014, p. 818-820).

⁷ Organizações de 113 países e mais de 250 agências não governamentais (ONG's) se reuniram no ano de 1972 em Estocolmo, na Suécia, com a proposta de dialogarem sobre os problemas ambientais resultantes do aumento produção industrial e tecnológica. Dessa reunião surge o nascedouro do documento que mais tarde seria elaborado em forma de relatório, para discutir problemas ambientais e trabalhar na busca de princípios e soluções para os mesmos: a Agenda 21. <http://www.agenda21-ourique.com/pt/go/desenvolvimento-sustentavel>. 20/08/2015.

A UNESCO, em âmbito internacional, teve a incumbência de dar seguimento ao capítulo 36 da Agenda 21 que revista e atualizada passou a ser a Agenda 2030 composta de seus 15 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Isso significa a Educação Ambiental será uma estratégia básica no âmbito das questões ambientais e deve participar da formação de educadores para fornecer informações ao público, como determina o Princípio 19 da Declaração sobre o Meio Ambiente como ações da UNESCO.

Em 1977 na Geórgia, Tbilisi, durante a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, surgiram ideias e projetos e maneiras para a formação de uma nova consciência, para orientar a produção de conhecimento de maneira interdisciplinar. Em 1986, foi instituído o dia 5 de junho como o Dia Mundial do Meio Ambiente, data em que as organizações representativas dos cristãos, judeus, islâmicos se reuniram com regulamentos para discussões sobre o assunto. Foi lida na ocasião, por Gerhard Riegner, a passagem de Levíticos que discorre sobre o Jubileu, o descanso do dia do sábado para o homem e o descanso sabático de um ano da terra no sétimo ano. O preletor na ocasião abordou o significado e o caráter simbólico do texto bíblico (Lv 25,2-5) e explicou sobre o costume secular judaico, festival que comemora o dia da árvore, bishavad. Por ocasião dessa data festiva se celebra a natureza, recitando-se os salmos bíblicos que falam sobre a criação. Nessas festividades são degustados mais de 15 tipos diferentes de frutos da época. Por essa mesma ocasião, as crianças em Israel em idade escolar festejam e comemoram a vida, sendo que nas escolas, no mínimo, três tipos de mudas de árvores frutíferas são plantados por cada criança. As mudas desse pequeno viveiro de plantas são transferidas para regiões específicas onde poderão crescer normalmente. Para os israelitas preservar as festas das tradições judaicas e comemorar esse mesmo ato recorda a redenção e

a instalação do estado de Israel (Conferencia Tbilisi, 1992). Sem dúvida, atitudes simples como essas deveriam ser copiadas pelas sociedades em geral.

4- PROMOÇÃO DO DESMATAMENTO COMO POLÍTICA DE GOVERNO

Para se compreender a dimensão da floresta amazônica e o seu impacto no mundo, devemos recorrer aos números: ela faz parte da maior bacia hidrográfica do mundo com 7 milhões de km² e ocupa 49% do território do Brasil – mais 1,5 milhões km² são de áreas protegidas por reservas naturais sob administração do governo federal ou estadual e outros 1,07 milhões de km² são reservas indígenas (o que representa 13% do território nacional). Se considerarmos que o mundo tinha originalmente 64 milhões de km² de matas nativas, que hoje se reduziram a 15,5 milhões de km², é fácil perceber a importância que assumiu o fato de manter a floresta amazônica preservada.

Sucessivos governos brasileiros negligenciaram a proteção do meio ambiente e, ao mesmo tempo, incentivaram os desmatamentos e as queimadas como ferramentas para alavancar o desenvolvimento econômico – usaram como desculpa a afirmação da soberania brasileira sobre a Região Amazônica, a conversão da floresta em valores monetários e a defesa do território contra a cobiça de outros países. Essa política de ocupação vem de longa data, recebendo ênfase de tempos em tempos, como durante o regime militar, com projetos como a rodovia Transamazônica.

“Alertas do INPE indicam a perda de 1.034,4 km² no mês de junho de 2020, alta de 10,65% em relação a junho do ano passado, quando os alertas apontaram desmate de 934,81

km². É o mês de junho com maior devastação dos últimos cinco anos. Em apenas um mês, foram derrubados na Amazônia o equivalente à área da cidade de Belém (Pará). No acumulado desde agosto (quando se inicia o calendário anual para fins de detecção do que ocorre na floresta), o Deter indica a devastação de 7.566 km², ante 4.589 km² no período de agosto de 2018 a junho de 2019. O aumento para esse período é de 65%.” (Giovana Girardi em “O Estado de S.Paulo”, 10-07-2020).

O acompanhamento do desmatamento da Amazônia no Brasil é feito pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que utiliza fotos tirar de satélites de geomapeamento para escanear a superfície do território e detectar as áreas de novos desflorestamentos. O Inpe desenvolveu dois sistemas: o Deter e o Prodes para realizar este trabalho. O Deter é um sistema que acompanha os desmatamentos em tempo real, o que é extremamente útil para direcionar as ações de fiscalização do Ibama e dos órgãos ambientais estaduais, destinadas a inibir os crimes ambientais. Embora dinâmico, o Deter não é a medida oficial do desmatamento da Amazônia; este papel cabe ao Prodes que confirma as medições prévias feitas pelo Deter. O Prodes apurou, entre agosto de 2018 e julho 2019, o desmatamento 10.129 km², alta de 34,5% em relação aos 12 meses anteriores, recorde na última década.

O desmatamento acelerou a partir de maio de 2019, após a posse do presidente Bolsonaro. A reação do presidente ao destaque que a imprensa estrangeira deu aos números divulgados pelo Deter foi colocar em dúvida a exatidão dos dados do Inpe e dizer que o, então diretor do instituto, Ricardo Galvão, estaria “a serviço de alguma ONG”, interessada em denegrir a

imagem do Brasil. No fim, essa rusga resultou na demissão do diretor. E a situação do desmatamento continuou a se deteriorar desde então. Em 2020, nem a pandemia do covid-19 foi empecilho para a acelerada expansão das queimadas – em junho o Inpe registrou o maior número de queimadas dos últimos 13 anos, com 2.448 focos na Região Amazônica, 19,57% a mais do que em junho do ano anterior. Outro insuspeito órgão ambiental, o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), através do seu Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) reportou o desmate de 529 km² de floresta em abril de 2020, um salto estrondoso de 171% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

“O presidente Jair Bolsonaro sempre teve uma visão diferente para a questão ambiental. Antes mesmo de tomar posse, sua ideia era juntar os ministérios do meio ambiente e da agricultura em uma pasta só, capitaneada por gente ligada à área agrícola. Pressionado, voltou atrás e manteve as duas pastas separadas. Mas, em todas as suas declarações posteriores, sempre deixou claro que essa coisa de proteção à Amazônia era assunto de esquerdistas ou de governos estrangeiros tentando impedir que o Brasil tirasse proveito das riquezas da região. No caso das queimadas, chegou a acusar, sem provas, ONGs de terem promovido o aumento, por motivações políticas.” Alexandre Calais em “O Estado de S.Paulo”, 10-07-2020

Tais atitudes, seguidas pela proposta de abrir as reservas indígenas para todo tipo de exploração – mineral, agrícola, pecuária e turística – colocaram o país na berlinda como pária entre a comunidade de nações, os líderes democráticos, parlamentos, empresas e quem mais importar. A imagem de país preocupado com o meio ambiente, verdadeiro “soft

power”, construído penosamente ao longo de décadas de idas e vindas no trato da Amazônia, virou pó. Algum dia ainda recuperaremos a boa imagem e simpatia do resto do mundo quando falarmos de preservação da floresta amazônica? Com Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e Ricardo Salles (Meio Ambiente) ecoando o argumento de desflorestar para desenvolver será impossível: Araújo credita a defesa do meio ambiente ao “climatismo” ou a uma “coisa da esquerda”, enquanto Salles foi flagrado pensando em “passar a boiada” em meio à crise do Covid-19.

“A influência da política ambiental sobre as negociações comerciais é algo novo, também não existia antes. Tanto no acordo com a UE quanto com o Canadá, que também estamos concluindo, vai ter um capítulo também sobre a questão do meio ambiente. Daqui para frente, todos os acordos comerciais terão, cada vez mais, regras que estão atreladas ao comércio, mas que não são comerciais. Esses fatores não comerciais vão ter que ser percebidos pelos governos e não só aqui no Brasil. Todos os países em desenvolvimento vão enfrentar esse problema. Se a gente quiser exportar para a Europa ou para a Ásia isso terá que ser levado em conta. Até a China deve caminhar nesta direção.” Rubens Barbosa, presidente do IRICE-Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior.

Manifestação de 34 instituições financeiras internacionais e de 40 grandes empresas e instituições nacionais contra as desastrosas consequências do abandono da agenda do meio ambiente e a retórica beligerante do governo ao tratar deste assunto, foram manchete dos meios de comunicação em julho de 2020. A reação internacional aos desmandos

do governo quanto aos acordos de combate ao aquecimento global e preservação das florestas, colocaram o mundo contra os interesses do Brasil, em especial no agronegócio e no recebimento de investimentos estrangeiros para acelerar o desenvolvimento da infraestrutura nacional. O próprio acordo entre o Mercosul e a União Europeia vem sofrendo contestação por parte de diversos parlamentos europeus, sob a alegação de que os produtos brasileiros não respeitam os requisitos ambientais.

Não devemos esquecer também a questão das reservas indígenas na Amazônia, assim como a questão do contato com tribos isoladas e a assimilação de índios já acostumados à convivência com os brancos. Desde 1988, o governo brasileiro adotou a política de desencorajar o contato com tribos isoladas, a não ser motivo de força maior; mas, essa política não foi aceita amplamente por grupos interessados em cultivar e extrair minério e madeira em terras indígenas. Agora, temos um presidente que desdenha dessa política. Como cristão ele se coloca ao lado de um grupo de religiosos conservadores que promovem uma religião cujo subproduto é a desarticulação dos costumes e a implantação da cultura ocidental favorecendo projetos ligados ao extrativismo, garimpo, monocultura agrícola e a pecuária. Temos visto certa parcimônia e benevolência com grileiros, madeireiros e garimpeiros ilegais que invadem reservas para extrair ganhos pessoais à custa da floresta natural. O lobby religioso e o lobby econômico se juntaram, cada um defendendo seus interesses particulares, para neutralizar a política de não contato com os índios.

Pressionado pela reação internacional quanto aos resultados apontados na Amazônia, como o aumento das queimadas e do desmatamento, o governo Bolsonaro foi obrigado a sinalizar boa vontade e senso de responsabilidade e assim criou o Conselho da Amazônia e entregou-o ao vice-presidente Hamilton Mourão acionando as Forças

Armadas para ajudar no combate aos crimes ambientais. O resultado atabalhoado colhido com estas ações – as queimadas e desmatamentos aumentaram – representou novo revés na imagem do país: além de exterminador da floresta, sinalizamos incompetência para cuidar do assunto.

Outra medida polêmica está sendo proposta para atenuar as críticas ao modelo ambiental adotado para a Amazônia: a regularização fundiária. O governo prepara medidas para legalizar a ocupação ilegal que foi por décadas ocorrendo gradativamente e que agora parece intensificar-se. Muitos grileiros estão envolvidos em conflitos com os índios e ambientalistas e são responsáveis pelo extrativismo e desflorestamento. São mais de 97.000 propriedades com uma área de 6,3 milhões de hectares (o equivalente a 1,5 vezes a área do Estado do Rio de Janeiro). Essas ocupações irregulares seriam legalizadas por meio de uma vistoria baseada em sistemas de sensoriamento remoto com fotos tiradas de satélites, sem que tenha necessidade de enviar fiscais à propriedade ilegal para agilizar o processo. Acrescente-se que essa imensa área a ser doada aos infratores representa apenas 40% do total de ocupações irregulares. A justificativa para tal é que é difícil punir o responsável pelos crimes ambientais quando não se sabe quem é o “dono” da área desmatada.

Ao desmontar os órgãos de fiscalização, como o Ibama, e institucionalizar a grilagem de terras, premia-se o infrator e incentiva-se outros a seguirem o mesmo caminho, aumentando os desmatamentos e queimadas. O caminho ideal é proteger as florestas nativas e não tolerar novas invasões, muito menos alardear o desmatamento como sinal de progresso.

Não podemos esquecer que a Amazônia possui a maior bacia hídrica

do mundo, sendo maior reserva de água doce do planeta. O desflorestamento ao longo do tempo causará resultados climáticos que poderão afetar as precipitações e ameaçar esta riqueza além de promover a desertificação e o aumento climático.

5- ONDE FALHAMOS

Para pensar como falhamos é necessário fazer uma interação entre o Capítulo 1 – “O que é *Teoambientologia*?” e o Capítulo 3 – “A promoção do desmatamento como política de governo”; isto é, a conexão entre o conceito e a sua aplicação.

Na área da educação é comum ao ensinarmos um conceito ou teoria utilizarmos os exercícios ou exemplos como forma de fixar o entendimento e aprendizado. A teoria está no campo da hipótese, do abstrato enquanto o exercício ou o exemplo estão no campo da prática, da realidade, do cotidiano. No presente caso, optamos em abordar o conceito de *Teoambientologia* partindo de um exemplo, um caso prático que é a análise da região amazônica nos dias atuais e seus diversos desafios tais como a ocupação ilegal, as queimadas, o extrativismo mineral, o extrativismo vegetal e a questão indígena; os efeitos climáticos e as consequências objeto de atenção mundial de repercussão política, social econômica e científica. Em última análise não se pode perder de vista a preservação da vida humana como o bem maior.

A Teoambientologia tem como tarefa fornecer ao homem através da educação religiosa a formação de uma consciência de responsabilidade com o meio ambiente.

A Amazônia é região habitada e explorada em sua maioria por cristãos católicos ou protestantes, mas isso não resultou em uma melhor interação homem terra/natureza. De outra sorte vemos até agora as religiões

não se preocuparam e formar seus seguidores a esse respeito. É necessário que as diversas religiões especialmente as ocidentais tenham esse olhar para a natureza como parte da vida a ser preservada.

Infelizmente vemos que no processo de evangelização dos povos nativos, a cultura local é desprezada e, não raro, vistas como práticas pagãs deixadas ao abandono enquanto a cultura ocidental é introduzida intensivamente. O resultado desta experiência não é nada animador. Parece que a medida que a cultura ocidental judaico cristã adensa a região, mais ela se torna degradada e os problemas se avolumam. Era de se esperar o oposto, a promoção do cuidado com a natureza, como resultado da fé estabelecida no temor a um deus que é dono e senhor de tudo, mas esta religião falhou. Observamos que este homem racional e espiritualizado não tem a consciência que a Teoambientologia propõe.

Ao invés de exercer o papel de mordomo e cuidador da herança da Criação, governo e parte da sociedade civil tem posturas que aceleram essa destruição. São ações ou omissões que em nada contribuem a preservação do meio ambiente e dos povos nativos.

E aqui cabe uma analogia com a terceira lei de Newton onde para cada ação há uma reação. Isso se aplica não só a física, mas em nossas interações com o meio ambiente. Se continuarmos desempenhando o papel de bárbaros colonizadores que só sabem acumular e destruir riquezas e belezas naturais com políticas de terra arrasada – com desdém, ideologia e negacionismo – é certo que não estaremos cuidando dos nossos descendentes, pois encontrarão um mundo cada vez mais inóspito. Onde falhamos?

6. CORONAVIRUS

O Brasil é o segundo país do mundo com maior número de casos de Covid-19 oficialmente notificados, só perde para os EUA. Destaque nas mídias internacionais o Brasil acumula 3,5 milhões de ocorrências. (julho 2020). Em meio a maior pandemia da história da humanidade o Covid-19 direcionou os *olhares do mundo* para nós. Outrora os olhares desconfiados estavam voltados à *Amazônia em chamas*. Mas o que de comum pode haver entre o desmatamento e doenças contagiosas transmitidas por animais selváticos? Afinal existe relação de causalidade entre o Coronavírus e as ações de destruição da natureza e do meio ambiente⁸? Você já percebeu que epidemias acompanham desequilíbrios no ecossistema? Desmatamentos de extensas áreas de florestas para serem utilizadas no cultivo da monocultura de grãos, ou para serem utilizadas pela pecuária, ou ainda em construções de obras faraônicas como o Canal do Panamá e a Usina Hidroelétrica de Belo Monte, por exemplo, e, acidentes ou crimes ambientais tais como Chernobyl ou rompimento das barragens de dejetos de mineradora em Mariana (2015) e Brumadinho (2019) tem como um dos efeitos colaterais desequilíbrios ecológicos. Estas mexidas na ordem natural das coisas provocam reações para um “novo normal” e nisso podem surgir doenças, extinguir espécies de animais e plantas, ocorrer ataques de animais selvagens e escassez de água, alimentos, contaminações do solo, subsolo, inviabilizar a existência de organismos vivos.

A história cita um grande número de doenças em humanos provocadas por zoonoses falaremos de algumas iniciando pela peste negra ou peste bubônica que se espalhou na Europa (século XIV), devido a péssimas condições de higiene, aglomeração de pessoas nos centros urbanos e do crescente número de roedores por conta do muito lixo. A

⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=vZZE-s-ikgg> acesso 18/07/2020.

incidência de roedores, piolhos e outras pragas desencadearam a pandemia na Europa na segunda metade século XIV, matando um terço da população.

Originária da China chegou à Europa via Veneza através das atividades mercantil entre os povos.

A doença de Chagas é uma infecção causada por um protozoário encontrado nas fezes do inseto bicho barbeiro. A febre amarela – selvática ou silvestre originaria das florestas é transmitida por picada de mosquito, mas são os primatas (macacos) os principais hospedeiros. Dengue, zika e chicungunya são vírus transmitidos pela picada do mosquito aedes aegypti infectado. **Ebola (2013-2016)** Doença consiste me febre hemorrágica altamente letal transmitida através do contato com o vírus ebola. Morcegos frugívoros são os supostos hospedeiros. O Coronavírus do tipo Sars-cov2 responsável pela doença Covid-19, é uma mutação do vírus coronavirus encontrado originalmente nos morcegos e nos pangolins. Esta doença encontra-se em evidência e os cientistas estão debruçados a fim de entender como ocorreu o contágio humano. A hipótese mais provável é que devido desigualdades sociais na China, a fome e a falta de alimentos são problemas que levam a população pobre procurar alternativas de proteínas para se alimentarem. Daí a razão pela qual os chineses comerem insetos e animais silvestres ou exóticos. A origem desse costume se deu pela necessidade de sobrevivência e não por uma experiência culinária. A experiência de alimentar-se de bichos selvagens é sempre um risco porque não se sabe ao certo o risco de contágio por micro-organismos tais como o vírus.

Doenças como a gripe aviária, gripe suína, a mehrs, a sars, são consequências do desequilíbrio ao meio ambiente, sendo a fome um dos fatores que elevam a exposição ao risco. A fome obrigam as pessoas a se deslocarem em busca de alimentos que vão desde o fluxo migratório até

caçar animais silvestres e até peçonhentos, nem todos próprios a alimentação humana. Alguns répteis como cobras, lagartos, tartarugas e outros impróprios para o consumo humano, nocivos à saúde humana, muitas vezes são hospedeiros ou vetores de doenças. “Também são impuras as seguintes aves: águias, urubus, águas-marinhas, açores, falcões, corvos, avestruzes, corujas, gaiivotas, gaviões, mochos, corvos-marinhos, íbis, gralhas, pelicanos, abutres, cegonhas, garças e poupas; e também morcegos.” (Levíticos 11).

O desmatamento das grandes áreas de floresta para o agronegócio, pecuária ou construção civil propiciaram que os insetos e animais hospedeiros e vetores do vírus de muitas doenças contagiosas se deslocassem e em contato com o homem desencadearam as epidemias. Há casos que o hospedeiro do vírus é um animal selvático como o morcego, macaco, pangolim e outros e ao serem obrigados a se deslocarem do seu habitat natural por conta da presença humana acabam por transmitir os vírus, iniciando o contágio que pode chegar a uma pandemia.

O que temos é que as mudanças ambientais induzidas pelo homem modificam a estrutura da vida selvagem e reduzem a biodiversidade, alteram o ambiente populacional resultando em condições outras que favorecem determinados hospedeiros, vetores e os patógenos.

Vivemos um momento histórico que segundo relatório de Oxfam⁹ com informações da Organização das Nações Unidas (ONU), os dados estatísticos apontam uma estimativa nada animadora de 37 mil mortes diárias por causa fome no mundo em 2020.

Essa crise alimentar ocorrerá nos países de maior concentração populacional e de menor renda per capita, entre esses, países da África,

⁹ <https://estudiohum.net/wp/onu-indica-que-ate-37-mil-pessoas-vaio-morrer-diariamente-no-mundo-por-falta-de-comida-neste-ano/> acesso em 10/07/2020.

alguns do Oriente Médio, Índia, Ásia e o Brasil, significando um percentual estimado de 48% de mortes por fome, consequência dos desajustes econômicos pós-pandemia mundial em 2020. Curioso ver essa estimativa preocupante e vergonhosa sobre a fome no Brasil, enquanto nosso modelo agrário-exportador firmado em commodities agrícolas encontra-se cada vez mais fortalecido.

Falhamos em olhar com as lentes embaçadas, por ignorar os aspectos sociológicos que estabelecem relação no dia a dia dos cidadãos em suas comunidades. Essa relação cria um processo de crescimento contínuo e também de consciência com respeito aos acontecimentos socioambientais entre o rural e o urbano. Falhamos ao deixarmos de lado práticas e cursos simples como o ensino do manejo da terra no cotidiano das comunidades que poderiam cooperar no resgate da dignidade dos pequenos agricultores, dos sem-terra e dos desempregados como o do preparo da terra para o plantio de sementes, análise do solo, estudos sobre os malefícios dos pesticidas, transporte de mudas de hortaliças para os canteiros das hortas comunitárias, construção de poços artesanais e cisternas para capacitar recolhimento das águas das chuvas, elaboração de filtro de carvão ativo para a purificação das águas. Falhamos por abandonarmos a cultura do homem da roça e agarrarmos a filosofia do consumo desenfreado e da acumulação. Falhamos ao não promover a reforma agrária e a promoção de pequenos agricultores e a agricultura familiar deixando nos levar pela política de grandes latifúndios de monocultura. Até no cuidado com a assistência social e a saúde básica como primeiros-socorros, acidentes ou casos de emergência como partos, queimaduras e outros, estão abrigados sob o guarda-chuva da Teoambientologia. Todas essas práticas podem ser úteis a comunidade depois de incluídas nos processos de formação educacional. A Teoambientologia ressalta a visão epistemológica da mordomia e responsabilidade do ser humano com o meio ambiente, existe

o diálogo entre essa visão da mordomia dos textos bíblicos, com o as disciplinas dos seminários teológicos como: Teologias do Antigo e do Novo Testamento, Teologias Sistemáticas, Antropologia, Sociologia e Missiologia. Infelizmente, a *Teoambientologia* é ainda um tema ausente no currículo de formação teológica das várias denominações evangélicas, não ocupando muito espaço no esforço de propagação e ensino da fé.

Em um governo que se declara “tremendamente evangélico” era de se esperar que as políticas públicas para o meio ambiente fossem desenvolvidas sob a ótica da Teoambientologia, mas não o que vemos é uma grande contradição a tudo que propomos.

Se o bloco evangélico chegou com sucesso ao poder político, não se pode dizer que a visão dos integrantes do governo na questão ambiental seja um sucesso – pelo contrário, esta visão transformou o Brasil num pária frente à comunidade internacional, como exterminador da floresta amazônica, merecendo o repúdio e a condenação ao redor do mundo.

7. É NECESSÁRIO DESMATAR PARA CRESCER?

Vale pensar que no primeiro semestre de 2020 ocorreram as maiores taxas de desmatamento da Amazônia dos últimos cinco anos, acionando o sinal de alerta e, no centro do “furação”, segue um *gran- militar* montado em seu cavalo cavalgando sob terra arrasada, carregando uma moto serra numa mão e uma tocha na outra. O governo brasileiro liderado por Jair Bolsonaro com seus fiéis seguidores sob a inspiração do guru-astrólogo de Virgínia cavalga pelo coração da floresta amazônica, deixando atrás de si rastros de desertos e cinzas.

A promoção do desmatamento chegou à marca de 13.400 quilômetros quadrados, território semelhante ao estado do Rio de Janeiro,

desmatamentos esses, relativos ao primeiro semestre de 2020 contra os 9.165,6 quilômetros quadrados de janeiro a junho de 2019 e apontou que de agosto de 2018 a julho de 2019 haviam sido desmatados 6.844 km², segundo dados s consolidados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que revelam que o desmatamento da Amazônia no ano passado foi maior do que se supunha, não só agravando a crise ambiental, mas possivelmente a de saúde pública. Como ambas têm repercussão internacional, podem ser lidas como política econômica do governo e isso tende a deteriorar ainda mais a reputação do Brasil no plano geopolítico e provocar uma fuga de capitais. A regra capitalista vem em um processo de busca de energia e processos produtivos “limpos” e renováveis, soluções que agridam menos ao meio ambiente e, neste sentido, prudente não perdermos o bonde da história por alguns trocados.



Alertas de desmatamento na Amazônia no 1º trimestre, em km²

Dados apontam recorde nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2020, segundo Deter-B, do Inpe



Fonte: Deter/Inpe

Conforme entrevista da atual ministra da Agricultura Teresa Cristina (2020), no Jornal o Estado de São Paulo (04/07/2020), o agronegócio não precisa da Amazônia para crescer. Para a ministra a região encarece a produção por questões de logísticas de escoamento da produção como transportes fluviais e rodoviários, além da falta de infraestrutura, sendo que não é certo que meios de produção empregados pelo agronegócio empresarial se adequariam em tal região. Parte do setor vem buscando crescimento através do uso da tecnologia, a chamada agricultura digital, um conjunto de dados interpretados por softwares que auxiliam o produtor em suas atividades rurais. A tecnologia da informação (T.I.) analisa todas as variáveis envolvidas no plantio, transformando a agricultura tradicional em agricultura de precisão. As toneladas de safra colhida estariam indexadas ao software que precisamente analisou pesticidas, agrotóxicos, fertilizantes, chuva, sol, desgaste, solo, equipamentos e mão de obra, etc, além de que a mecanização e utilização de maquinários e sistemas robóticos avançam a cada dia dentro do processo produtivo e a polemica transgenia. O aumento da produtividade na produção de milho e outras culturas, como argumenta a ministra da Agricultura, estariam sendo

alcançadas através dessas medidas e não pelo avanço de terras agricultáveis. A produtividade de soja no Brasil é muito próxima da produtividade dos Estados Unidos. Já a produtividade do milho é apenas metade da produtividade americana.

Na contramão do discurso do agronegócio dito pela ministra, encontramos o trabalho de pesquisa científica sobre a pecuária na Amazônia ¹⁰ onde mostra o avanço das tecnologias sendo usadas na agropecuária, de modo a permitir aumentar a densidade do gado nas áreas desmatadas.

Segundo a fundação Astrogildo Pereira, o que torna o problema da Amazônia mais complexo e difícil, é que vivem lá cerca de 25 milhões de pessoas, que cortam a floresta para seu benefício imediato, vendendo madeira, criando gado para sobreviver, além de culturas de subsistência. Por outro lado, os que não vivem na região - quer no Brasil, quer no exterior - valorizam os benefícios de longo prazo por manter a floresta intocada, por preservar a biodiversidade e o estoque de carbono ali armazenado.¹¹

Schmit¹² comenta que a dimensão econômica se foca no desenvolvimento da economia com a finalidade de gerar melhor qualidade de vida às pessoas. A autora entende que a economia passou a ser considerada no contexto da sustentabilidade por dois motivos, primeiro porque não haveria a possibilidade de retroceder nas conquistas econômicas de desenvolvimento alcançadas pela sociedade mundial e segundo porque o desenvolvimento econômico estaria interligado à

¹⁰ A Pecuária Na Amazônia: A Busca Por Um Modelo Sustentável- Papers Do Naea Nº 330 Kedson Alessandri Lobo Neves Tereza Ximenes Gladys Beatriz Martinez Adriana Caroprezo Morini Antonio Humberto Hamad Minervino William Gomes Vale acesso em 11/07/2020.

¹¹ <http://www.fundacaoastrojildo.com.br/2015/2020/06/15/jose-goldemberg-como-protoger-a-amazonia/> acesso em 11/07/2020.

¹² Artigo de Denise Schmitt Siqueira Garcia. <file:///C:/Users/user/Downloads/65986-295903-3-PB.pdf> Acesso em 31/08/2019.

dimensão social do Princípio da Sustentabilidade, pois ele é necessário para a diminuição da pobreza.

Ainda sobre grandes desmatamentos, segue o substitutivo de lei proposto pelo deputado Jerônimo Goergen estabelece um conjunto de dispositivos que inviabilizam as demarcações, mas facilitam obras e a exploração de recursos em terras indígenas firmados em um Estatuto do Índio, *Tese do Marco temporal*, (1973) da Constituição Federal que diz que os povos indígenas possuem direito em terras habitáveis por eles desde 1988.

Os Projetos de Lei (PLs) 490/2007 e 6.818/2013, que tramitam em conjunto com outras dez medidas, estão em estágio avançado na Câmara dos Deputados. O parecer do relator, o ruralista Jerônimo Goergen (PP/RS), foi apresentado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) em maio (e está pronto para ser votado). O relatório chegou a ser incluído na pauta do dia 30 de maio, mas a reunião da CCJC foi cancelada. O ruralista defende a aprovação de um substitutivo ao PL 6.818, que é um dos onze projetos apensados – ou seja, que tramitam juntos por tratarem de matéria semelhante – ao PL 490. Sua proposta descarta o inconstitucional PL 490, mas é ainda pior: altera o Estatuto do Índio e cria uma nova lei para “regular a demarcação de terras indígenas”¹³.

¹³ <https://cimi.org.br/2018/05/projeto-ruralista-que-altera-estatuto-do-indio-e-cria-lei-antidemarcacao-pode-ser-votado-na-camara/> acesso em 07/02/2020.

Apesar das lacunas e brechas na Lei ordinária, existem algumas leis protetivas para os Direitos Humanos dos Indígenas¹⁴ e do meio ambiente que conflitam com o PL em andamento.

O desflorestamento causado durante a instalação de empreendimentos semelhantes aos sugeridos pela PL é um dos responsáveis pela erosão da desertificação do solo. A voçoroca ou erosão é um fenômeno geológico que ocorre em solo onde a vegetação é escassa e não mais protege o solo, que fica suscetível a ser carregado por enxurradas. Esse tipo de solo é pobre, desnutrido e seco consistindo na formação de grandes buracos causados pelo desmatamento das matas ciliares e florestas e pelo efeito das chuvas nas estações do ano e suas intempéries. A voçoroca destrói terras que anteriormente eram férteis e as tornam improdutíveis, esse assoreamento fica entulhado de pedras, pedregulhos e detritos que por sua vez facilitam as enchentes urbanas. Ações semelhantes com desapropriações indevidas como as citadas acima, se configuram em ataques e violação dos direitos das florestas e de seus moradores nativos ribeirinhos, indígenas e pequenos agricultores. São situações onde direito difuso relacionado ao meio ambiente é violado constituindo lesão a direitos humanos individuais e coletivos. Há uma injustiça social em curso.

Se presidentes anteriores foram na melhor das hipóteses lenientes com a preservação dos nossos biomas, Jair Bolsonaro comporta-se como um exterminador, olhando para esta causa como obstáculo ao desenvolvimento econômico do Brasil da mesma forma como outrora generais romanos, à frente de suas legiões viam as exuberantes florestas do Norte da Europa *habitat* de primitivas tribos bárbaras como obstáculo à

¹⁴ Lei Nº 6.001, de 19 dezembro 1973 <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104451/estatuto-da-terra-lei-4504-64> Acesso em 07/07/2020.

expansão do Império Romano, onde derrubar e ocupar passou a ser o objetivo para expansão do Império Romano.

Voltando ao viés religioso vemos que grande parte de nossos políticos que professam sua fé em religiões de matriz judaico-cristã e que formam a frente denominada bancada evangélica, parece não ter a mesma preocupação com o cuidado com o meio ambiente. Suas agendas são em geral pautadas por interesses de terceiros que desejam explorar e obter a riqueza a qualquer custo. Suas posições políticas quando não são contrárias aos interesses da natureza são omissas e ainda está na moda chamar de comunistas os que são a favor desse cuidado. É verdade que não podemos generalizar. Há políticos cristãos que não agem assim, mas infelizmente estes não formam maioria e logo não tem o poder para implementar restando apenas o direito de denunciar tais atos.

Há que se pensar que a história é cíclica, e neste momento ocorre um fenômeno político no Brasil de renascimento da extrema direita em parceria com as forças armadas. Com as eleições de 2018 o país deu uma guinada da esquerda para a direita, e isso tem nos feito lembrar épocas da ditadura militar. Fome, pobreza, educação e saúde são problemas recorrentes. As sociedades nas últimas décadas presenciaram as grandes transformações sociais objeto de estudos das ciências humanas e sociais.

Essas ciências confrontadas com os movimentos sociais emergentes começaram a se interessar pelas diversidades de fatores e características sociais que envolviam estes movimentos. Características que abrangeram gosto popular, cultura e costumes por determinada dança, música, comida, folclore, crenças religiosas e as muitas outras variedades existentes e praticadas entre os povos acabam construindo novas identidades sociais sempre plurais e em constante mutação.

É esse dinamismo social provocado por transformações constantes é que nos mantém vivos na esperança de que a sociedade acorde para esse tema tão relevante que é o cuidado com a casa comum onde vivemos.

1- O DESMATAMENTO DAS FLORESTAS E O FENOMENO DA FOME

E aqui, tentamos entender a fome, fenômeno que ocorre em um país essencialmente agrícola de alta competitividade que assola os brasileiros. Estima-se 52 milhões de pobres no Brasil e 13,5 milhões em extrema pobreza em uma população de 220 milhões de habitantes. De certa forma não dá para se duvidar que essa situação também tenha a influência dessa política de crescimento do agronegócio e do desmatamento florestal. Aumento de riqueza com queda de qualidade de vida e desemprego são características de nossas políticas econômicas de cunho neoliberal onde os direitos do cidadão não são definidos em leis, mas no seu poder de consumo. Neste modelo saúde pública, por exemplo, deixa de existir, o direito a saúde também e o cidadão passa a ter direito a consumir saúde de acordo com seu poder de compra. O mercado, a lei de oferta e procura é quem deve regular esta relação. Por óbvio que esta política é extremamente perversa.

A fome vem assolando o mundo, as estatísticas mostram as discrepâncias sociais existente no país quando nas entrelinhas criticam os sistemas institucionais religiosos e econômicos. Nesse sentido, é importante detalhar o significado e importância para as comunidades das reflexões sobre o tema a fome.

O fenômeno da fome é algum desses tantos modelos de fenômenos resultantes dos desequilíbrios econômicos nas sociedades carentes. No Brasil, tais desequilíbrios tiveram sua presença mais marcante no início do século XX, mas nunca havíamos atingindo as marcas atuais.

Por vezes o fenômeno da fome como consequência econômica é sempre seguido por migrações, desemprego e do êxodo rural. Embora o fluxo migratório também ocorra por consequência de alguns fatores sociais como o desenvolvimento econômico exacerbado nos variados setores produtivo desde a construção civil ao extrativismo¹⁵, que por gerarem emprego, acabam por setorizar e privilegiar determinadas áreas encorajando o fluxo migratório ao local emergente.

Outro fator presente no aumento do fluxo migratório é o descaso dos órgãos governamentais em não priorizarem o cuidado da região, do setor onde se dá a migração, no sentido de promover ações que gerem renda e promovam empregos, por não cuidarem do povo, da saúde pública e do sistema da educação das sociedades.

No Brasil o fator econômico da agroindústria do grão é a força responsável por desencadear os fluxos migratórios sendo a fome o maior fenômeno entre as regiões de maior precariedade econômica, entretanto não podemos deixar de observar que o fenômeno da migração, o primeiro grande fluxo migratório dos nordestinos (século XIX), Ciclo da Borracha, cujo destino foi a porção norte do país, se repetiu também durante a Segunda Guerra Mundial, conflito que ocorreu entre os anos de 1939 a 1945. Posteriormente, a região Sudeste foi o local que atraiu os migrantes pela rápida industrialização durante a década de 1950 pode ser influenciado também por outros aspectos; políticos, religiosos, culturais e também por desastres ambientais como é o caso da narrativa do poema *Morte e vida*

severina, de João Cabral de Melo. Migração, êxodo rural, fome e abandono são sombras na história do país que devem ser clareadas.

Como visto, a economia passou a ser a ciência dominante e, a partir da racionalização dos mecanismos de produção e o consumo do livre mercado faz com que a roda gire. Essa ciência fornece poderes ao ser humano e a natureza passa a ser dominada pela geração de capital na relação custo-lucro. Deste modo, surgem os problemas sociais e ambientais e, com eles, a necessidade de mudanças na economia de produção mecanicista para uma produção mais economicista.

No poema os povos irmãos do nordeste brasileiro mostram que esses movimentos migratórios sempre estiveram relacionados à busca de melhores condições de vida. *Morte e Vida severina* retrata a esperança que sempre precede a morte. Portanto é importante refletirmos em quando começou o esgotamento dos recursos da terra e seguirmos para os primeiros passos a fim de confrontar os perigos do desequilíbrio ambiental para nos prepararmos para que nos reserva o futuro.

Severino é um personagem alegórico do poema de João Cabral de Melo que data de 1955, período crucial em que as mudanças começaram a sacudir a sociedade brasileira com o crescimento da urbanização e do desenvolvimento industrial. Ele representa a situação do homem sertanejo em sua luta contra a falta de trabalho que gera como consequência a fome, pobreza, miséria, doença e morte. Severino é como tantos outros Severinos de Maria, filhos de Zacarias do sertão que vivem em uma serra magra e ossuda na Paraíba e que fogem da morte que mata de velhice antes dos trinta e de fome um pouco por dia.

“E somos muitos Severinos
iguais a tudo na vida.

Morremos de morte igual,
Mesma morte severina:
Que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
De emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco a cada dia
de fraqueza e de doença.
A morte severina
Ataca em qualquer idade,
Até gente não nascida
Somos muitos Severinos”.

Este Severino parte das terras à beira da serra e segue caminho para o Recife em busca de melhores condições, mas somente encontra seca, fome, mais miséria e morte. Cabe frisar, que as migrações em si representam um fenômeno positivo. O poema incorpora a realidade nordestina ao reproduzir todo o regionalismo nos fatos do cotidiano de Severino que resolve desistir da caminhada até então infrutífera e parar no local onde havia chegado. Mas, ali naquelas paragens, renascem as esperanças em nosso herói que irá encontrar um trabalho que o dignifique e que lhe traga sentido a vida. Mas na cidade grande tudo lhe é estranho, o que ele sabe fazer é plantar, cultivar a terra e pastorear, e essa profissão não tem serventia, pois o único negócio rentável da cidade é a morte.

A história é educativa e ambiental. Os problemas normalmente são associados às dimensões econômicas, sociais, políticas, ambientais, éticas e bioéticas da sociedade humana. A problemática do poema é emergente e faz parte de uma cultura desorganizada gerada pela hegemonia dominante que detém o poder. A falta de trabalho e de oportunidades gera em

Severino conformados. Na fala de Severino há uma aceitação da sua condição e sina de vida desgraçada.

“O meu nome é Severino, não tenho outro de pia. Como há muitos Severinos, que é santo de romaria, deram então de me chamar Severino de Maria; como há muitos Severinos com mães chamadas Maria, fiquei sendo o da Maria do finado Zacarias.”

O nome Severino, bastante comum no Nordeste brasileiro, vem do latim e o seu significado corresponde a austero, incorruptível. Mas considerar o personagem do poema como austero é improvável já que ele próprio faz alusões cômicas de sua aparência e ao meio em que está inserido: *Somos muitos Severinos iguais em tudo na vida na mesma cabeça grande que a custo se equilibra, no mesmo ventre crescido sobre as mesmas pernas finas, iguais também porque o sangue que usamos tem pouca tinta.*

E, as alusões “irônicas” que Severino faz de si mesmo ao nos descrever seu fenótipo como: cabeça grande e o ventre crescido nos mostram detalhes secretos da desnutrição corpórea, corpo magro e cabeça desproporcional pela magreza que se encontra além de uma barriga proeminente cheia de vermes.

Sobre o seu caráter incorruptível, também é algo que nos leva a reflexão. Severino nos recorda o patriarca Abraão (Gn 12) quando migrou da região de Canaã para o Egito em um período de muita fome na humanidade. Abraão na ocasião assumiu uma postura covarde, com medo de ser hostilizado e morto por Faraó, acaba envolvendo e convencendo sua esposa Sara a passar-se por sua irmã.

Pelo caminho Severino encontra um homem que foi assassinado por causa de um pedaço de chão e chega a uma casa em que estão cantando excelências para um defunto e lá, acredita que será mais fácil amansar a terra, e assiste ao enterro de um trabalhador que finalmente recebera a quantia de terra a que tinha direito.

As duas vidas, de Abraão e Severino, se cruzam em identificações quando falam a respeito do *ser migrante, dos medos e dos encontros com a morte e com o encontro com os grilheros por inúmeras vezes*. Essa forma de *pensar* mostra o quanto a organização da sustentabilidade bíblica existia no mundo antigo. “*E, havia fome naquela terra; e desceu Abraão ao Egito, para peregrinar por ali*”. (Gn 12,10). Abraão toma uma decisão de migrar-se para o Egito. Havia fome na região onde ele se encontrava. O resultado é a longa caminhada em direção ao Egito. Deixou de esperar em Canaã a promessa seguiu para o Egito. Paralelamente Severino cansou de pastorear e de arar ao pé da serra magricela e opta por sair em direção a Recife. A fome do mundo contemporâneo gerada pelo crescente número de pessoas desempregadas, sem opção de trabalho ou que foram substituídas pela reengenharia moderna que se mostra mais agravante no dia a dia dos desprivilegiados.

Recentemente visitei uma fábrica de peças automotivas onde cada máquina havia substituído 60 trabalhadores. Focamos na realidade brasileira para pensar a fome como fenômeno consequente ao desmatamento, embora haja outros elementos.

Para o Brasil, o retorno da fome é um retrocesso já que em 2014 havíamos saído do mapa mundial da fome. Interessante pensar que como país agropecuário, produzimos grãos destinados ao mercado externo. Infelizmente nossa larga produção de monoculturas de grãos vem ao encontro do momento atual brasileiro, que apresenta indícios de

desindustrialização da economia, esse tipo de plantio de larga escala, que atingem vastos territórios com fazendas em milhares de hectares que chegam a tomar conta até de 1/3 do Estado como no caso do Mato Grosso do Sul, com um único tipo de semente que pode ser a semente do milho, da soja, do algodão ou a monocultura da cana de açúcar., inclusive a soja, uma leguminosa, que através de melhoramento genético, se adaptou ao Cerrado brasileiro e às características naturais deste estado brasileiro. Os desastres ambientais são contínuos e intensos, hoje, 04 /08/2020 enquanto produzimos esse livro assistimos pelos noticiários que o Cerrado em chamas destruiu cerca de 60 mil hectares de vegetação. Agropecuária local que faz uso das queimadas para a renovação do solo que após a queimadas crescem com maior vigor foi o setor que teve maior incidência dessas queimadas.

O vice-presidente da República Hamilton Mourão definiu que serão definidas metas claras junto aos empresários brasileiros para o enfrentamento do desmatamento e queimadas da Floresta amazônica e das ilegalidades que lá ocorrem, assumindo assim, como governo, sua responsabilidade de proteção ao meio ambiente. O panorama global das últimas décadas mostra que as autoridades governamentais mundiais veem expressando preocupação com o crescimento socioeconômico global e, como essa demanda reflete no meio ambiente e nas comunidades. O Brasil, por conta do crescimento demográfico mundial tem aumentando a sua cadeia produtiva agrícola para suprir o mercado de grãos através do agronegócio que seguido pela pecuária, são os responsáveis do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), nacional. O país popularmente conhecido como o *celeiro do mundo* é hoje um imenso plantio de grãos, até que se torne em um deserto territorial.

Na visão de Leonardo Boff, à medida que essa dominação do ser humano em sua lógica destruidora cresce, repercute o seu efeito nocivo no planeta e a gravidade da crise moderna está em seu caráter estrutural e intrínseco, pois essa crise é fruto do déficit sofrido através de pilhagem, agressões, assaltos, matanças aceleradas da natureza como os desmatamentos florestais em benefício de uma sociedade e, conclui dizendo que essa atitude é uma violência socioeconômica sobre as nações menos privilegiadas (Boff, 2008, p.43).

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O mundo vive um momento plural e sincrético. Esse pluralismo tem nos despertado para que enxerguemos o produto dessas transformações e o modelo de culto que surge no campo do religioso, político e sociológico em função dessas transformações. Essas mudanças passaram a ser questão fundamental para a reflexão teológica, e conseqüentemente para o cenário da educação teológica cristã. Uma característica do povo do nordeste brasileiro acontece dentro de um *religioso bem plural*. É a esperança do sonho da terra prometida ou do seu pedacinho de chão, e nesse sentido, caravanas de romeiros homens e mulheres religiosos peregrinam em direção a um messias santo, que ajude no cumprimento das promessas de ver o sonho se tornar verdade.

Como provocação, deixamos algumas reflexões para que o leitor, ávido por respostas, possa se deter a pensar em como será o amanhã.

Como tratar com esse tipo de “doença ambiental”? Desmatamento, queimadas, extrativismo de minerais? Inicialmente, deve-se enumerar de forma a catalogar os variados tipos de doenças e todos os sintomas que afligem o planeta. Esquadrinhar e tratar cada situação e momento com um assunto específico a ser estudado de maneira particular não de maneira

generalizada. Cada problema é específico, sendo uma parte do grande problema que forma um círculo, assim como os mecanismos a serem usados. As “causas” que adoecem o meio ambiente devem ser diagnosticadas com a prescrição de medicamentos corretos.

Como foi descrito no Brasil a injustiça social é grande. O tema da (in) justiça social ou ambiental conforme mostramos indica a necessidade de trabalharmos a questão do ambiente não apenas na perspectiva da preservação e conservação, mas da distribuição e da justiça. Nesse sentido, a injustiça ambiental é algo antigo em nosso país como salientou o João Cabral de Melo em seu poema. Ela é resultado da lógica perversa de um sistema de produção que destrói ecossistemas; que contamina o ar, solo e corpos hídricos, e que direcionam toda essa carga de danos socioambientais às populações tradicionais ou vulneráveis que são excluídas pelos grandes projetos de desenvolvimento e que têm através desses impactos uma drástica alteração na sua qualidade de vida.

Portanto, não há como chamar de progresso e desenvolvimento o processo de empobrecimento e envenenamento dos que já são pobres. Os atores defensores de uma aproximação entre as lutas sociais e ambientais entendem que não é justo que os altos lucros das grandes empresas se façam à custa da miséria e da degradação do espaço de vida da maioria.

Neste momento existencialista que a humanidade vive, a razão suplantou a fé. Neste mundo tecnológico, a fé e o ceticismo convivem e coexistem. O mundo e as pessoas estão imersos no momento *fast*, do já, do aqui e do agora. O conhecimento outrora dicotômico, tornou-se interdisciplinar. Os seres humanos passaram a ter fé em si mesmos e no seu intelecto e, conseqüentemente, o interesse e a procura por parte dos estudantes aos estudos teológicos tem diminuído. De um modo geral, a cada dia, as pessoas vêm se adaptando à velocidade com que as

informações e o conhecimento chegam até elas.

Talvez para os teólogos brasileiros como sugestão deva alinhar seus estudos a entender espiritualmente esse momento brasileiro da injustiça social. Na Europa as teologias produzidas nas escolas não dão mais conta das necessidades específicas e da espiritualidade e vocação sociopolítica das comunidades evangélicas brasileiras. Temos que desenvolver uma espiritualidade ambiental brasileira. A reação a essas teologias existe há anos e com ela novas teologias que já vinham sendo elaboradas desde antes 1962 como, por exemplo, a “Conferência do Nordeste - As Igrejas e as Mudanças Sociais” que buscavam conhecer a realidade social brasileira. Os teólogos e as comunidades da época lutavam por uma teologia que tivesse *a cara do Brasil*. Insistimos no nosso livro que temos que uma das questões mais intrigantes e desafiantes em nossos dias é a hermenêutica bíblica em relação à injustiça social. Essa inquietação é antiga e surge pela década de 70 e com ela a Teologia da Libertação com um viés político socialista forte na defesa da Justiça Social e a Teologia da Missão Integral Transformadora¹⁶. Essas teologias tem sido a as aplicadas pelo Papa Francisco (2015) em defesa ao meio ambiente “Laudato Si” (Louvado Seja) e o Sínodo do Amazonas (2019) mas da parte do mundo protestantes e dos evangélicos poucas e esparsas ações vem sendo realizada, as que pudemos constatar fazem parte do compendio do livro da *Teoambientologia: Um desafio para a Educação Teológica*, (Maringoli , 2019). Nesse livro procuramos apresentar nossas reações adversas geradas pelo antagonismo das ações destrutivas ao meio ambiente e a injustiça social e a pobreza. A economia no Brasil é considerada a força motriz, primeiro porque não haveria a possibilidade de retroceder nas conquistas

¹⁶ Ver MARINGOLI, Ângela. TEOAMBIENTOLOGIA: UM desafio para a Educação Teológica, Ed. recriar. São Paulo, 2019.

econômicas de desenvolvimento alcançadas pela sociedade mundial e segundo porque o desenvolvimento econômico estaria interligado à dimensão social na para a diminuição da pobreza.

Referencias

JACOBI, P.. Cidade e Meio Ambiente: percepções e práticas em São Paulo.

2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

MARINGOLI, Ângela. TEOAMBIENTOLOGIA: UM desafio para a Educação Teológica, Ed. recriar. São Paulo, 2019.

PHILIPPI, Arlindo, Jr e PELICIONI, Focesi Maria Cecília. *Educação Ambiental e Sustentabilidade*. 2ª Edição, Barueri- São Paulo. Manole, 2014.